



CONSTRUIR JUNTOS A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Comemoração dos 10 anos do Grupo ECOSOL-CES

Editorial

ECOSOL-CES

O Grupo de Estudos sobre Economia Solidária surgiu em 2008 da iniciativa de um conjunto de estudantes de doutoramento, a maior parte deles/as brasileiros/as, cujos projetos de tese versavam o tema da Economia Solidária. A realização, em janeiro desse ano, do Seminário Internacional “Os Desafios da Economia Solidária. Reflexão Sobre as Experiências Portuguesa e Brasileira” veio estimular a ideia de criar um grupo dentro do CES e, na sua sequência, tiveram lugar várias reuniões em que se acordaram as bases do que viria a ser designado ECOSOL-CES. O projeto ficou concluído em abril, foi submetido ao reconhecimento do CES em maio e em junho foi aprovado pelo Conselho Científico e integrado no Núcleo de Cidadania e Políticas Sociais. No documento dirigido ao Conselho Científico reconhece-se o contributo essencial que o CES tem dado para a produção de conhecimento capaz de visibilizar a economia solidária, em especial a partir da publicação do livro *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*, organizado por Boaventura de Sousa Santos

Ao longo desta década de existência a aprendizagem foi imensa. Os primeiros tempos foram de elaboração de um programa de ação e de consolidação de uma rotina de debate e de aprofundamento de ideias que permitisse a cada um/a aprender com os/as outros/as. Depois, ampliou-se o diálogo a iniciativas económicas populares e comunitárias, a associações e a ativistas, refletindo conjuntamente sobre as particularidades da economia solidária em Portugal e na Europa. Em 2015 o ECOSOL integrou, como membro fundador, a Rede Portuguesa de Economia Solidária (Redpes), ao mesmo tempo que estreitava cada vez mais os laços com investigadores/as de diferentes países e continentes, sobretudo América Latina, Europa e Ásia. Ao organizar a Primeira Escola de Verão Europeia sobre Economia Solidária ofereceu à discussão a criação de uma agenda comum para visibilizar as inúmeras iniciativas económicas organizadas em coletivo pelos/as próprios/as cidadãos/ãs.

Nestes dez anos realizou-se muito mais do que fora imaginado. O saldo parece insinuar que, apesar de ser ainda um pequeno grupo, o ECOSOL foi construindo um percurso digno de nota. Até ao momento foram organizados 146 eventos, entre seminários temáticos, conferências, mesas redondas, apoio a mercados de troca e rodas de conversa, além da Escola de Verão, em que participaram jovens de onze países e teve como parceiros internacionais a EMES – Rede Internacional de Investigação, a RIPESS – Economia Solidária Europeia e o Collège d’Etudes Mondiales de Paris.

É por isso que, para celebrar os seus dez anos, o Ecosol-CES organizou nos dias 22 e 23 de maio o Encontro “Construir Juntos a Economia Solidária” onde, juntando mais uma vez académicos/as, ativistas e instituições, promoveu uma reflexão sobre a economia solidária em Portugal e os diálogos possíveis e necessários com temas próximos abordados também por outros grupos de CES e por instituições parceiras: as outras economias, os bens comuns, os movimentos de transição, o orçamento participativo, as respostas cidadãs à crise. No evento foi feita homenagem a Paul Singer, destacado estudioso e defensor da economia solidária, e lançada a edição portuguesa do livro recente de Jean-Louis Laville sobre economia social e solidária e uma reflexão sobre os contributos da obra deste autor para a economia solidária em Portugal e na Europa.

Pedro Hespanha e Luciane Lucas dos Santos

Conteúdos

Editorial

Observatórios

Breves

CES encenou

Dossier temático

Atlantic Social Lab

Risk AquaSoil

CES encenará

Formação avançada

Publicações



Observatório Permanente da Justiça

desenvolvimento de um amplo programa de formação, centrado nos conteúdos e na aplicação da Carta, contribuindo para o domínio do quadro jurídico, mas também para a partilha de experiências e de boas práticas entre atores judiciais. O projeto, financiado pela Direção-Geral de Justiça da Comissão Europeia, é desenvolvido pelo Observatório Permanente da Justiça, em parceria com o Instituto de Direitos Humanos da Catalunha, a Universidade de Utrecht e a Universidade de Szczecin.

Em cada país parceiro são desenvolvidas ações de formação presenciais e à distância, workshops e seminários, realizando-se ainda workshops internacionais de intercâmbio de experiências e boas práticas, em Utrecht e em Szczecin, envolvendo cerca de 400 magistradas/os judiciais, magistradas/os do Ministério Público, magistradas/os formadoras/es e advogadas/os. A aplicação de um inquérito que permitiu conhecer a familiaridade dos atores judiciais face à Carta e a análise das decisões dos tribunais nacionais e do Tribunal de Justiça da União Europeia em que se suscita a aplicação da Carta foram fundamentais para o desenvolvimento quer do programa de formação, quer dos manuais de formação e boas práticas e da plataforma web. Foi recentemente publicado o primeiro número da newsletter do projeto, com textos de formadoras deste programa sobre a questão do pluralismo das fontes de direito e sobre a proteção dos direitos fundamentais na aplicação do regulamento de Dublin. O próximo número contará com reflexões da autoria de formandos/as do programa sobre a aplicação da Carta. O projeto encerra com a conferência “A proteção dos direitos fundamentais: entre a lei e a prática”, a realizar no próximo dia 6 de julho na Gulbenkian.

Tendo como objetivo aprofundar o conhecimento dos atores judiciais sobre os principais instrumentos jurídicos internacionais de proteção dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, o projeto “The Charter of Fundamental Rights of the EU ‘in action’” concretiza-se no

POLICREDOS.
A Política da Diversidade Cultural e Religiosa na Europa do Sul



no espaço público das comemorações do centenário das aparições de Fátima, por outro.

O avanço dos neo-conservadorismos tem-se revelado um fenómeno global, observando-se, nos últimos anos, o recrudescimento do ativismo religioso conservador. Este movimento conta com alguns fenómenos em articulação com o Estado, cujo carácter de ativismo é conservador e busca controlar e regular os corpos, a sexualidade e a família. Através de projetos de lei e diversas tentativas de interferência por meio de políticas públicas, esses movimentos têm conseguido influenciar a agenda política de direitos humanos, da liberdade sobre direitos e deveres do outro e sobre a diversidade. Em consequência, tais movimentos avançam sobre questões que compõem a democracia. Alguns exemplos de movimentos políticos visando institucionalizações deste tipo são os projetos de lei em proposta no Brasil, como “a cura gay”, a Escola Sem Partido e ações de ataque às questões de saúde pública como a criminalização do aborto. Essas medidas, se validadas, caracterizam um retrocesso nos direitos humanos, outrora foco de enfoques mais progressistas, humanos e democráticos.

Partindo desta realidade, o Policredos promoveu um diálogo com as teólogas feministas brasileiras Ivone Gebara e Isabel Félix, no qual se envolveu o público presente. Reafirmou, assim, o seu compromisso com a democracia e promoveu um diálogo sobre as consequências dos conservadorismos religiosos nas relações sociais, políticas, económicas e culturais.

O Centenário do fenómeno de Fátima, associado à canonização dos pastorinhos e à visita do Papa Francisco como peregrino (nas suas próprias palavras), deu origem ou fez reemergir questões que se prendem com a relação entre o Estado e a Igreja, com a chamada “identidade religiosa” dos/das portugueses/as, com a sintonia com a mensagem do Papa e com a dissidência face à mesma. Os media ocuparam um lugar de destaque na cobertura dos acontecimentos, tratando-os com maior ou menor profundidade, maior ou menor literacia, mas sempre como um grande acontecimento mediático. Chegados quase ao fim do arco temporal de comemoração (depois do também simbólico 13 de outubro), impôs-se fazer uma análise crítica multidisciplinar sobre estas questões e a sua presença no espaço público. Em colaboração com o CITER (Centro de Investigação em Teologia e Estudos da Religião, da Universidade Católica Portuguesa), o Policredos promoveu um debate público em que se fizeram ouvir vozes diversas sobre os mesmos acontecimentos.

O Avanço dos Conservadorismos Religiosos e a Democracia que Queremos

Ivone Gebara
Teóloga

Isabel Félix
Teóloga e Investigadora CESA

Apresentação/moderação:
Tiago Pires Marques e Teresa Toldy (CESPOLICREDOS)

10 de novembro de 2017
16h30 - Sala 1, CES | Alta

Realizado em parceria com POLICREDOS | Observatório de Justiça na Europa do Sul



The Charter of Fundamental Rights of the EU
“in action”

NEWSLETTER CFR #1

abril 2018

Esta newsletter, publicada no âmbito do projeto “The Charter of Fundamental rights of the EU ‘in action’”, coordenado pelo Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, tem como objetivos a divulgação das atividades do projeto, das reflexões dos formadores e formandas que participaram no programa de formação em curso, bem como de decisões relevantes no domínio da proteção dos direitos fundamentais, quer dos tribunais nacionais, quer do Tribunal de Justiça da União Europeia.

O projeto “The Charter of Fundamental rights of the EU ‘in action’”

por José Manuel Pureza, coordenador do Projeto

O projeto “The Charter of Fundamental rights of the EU ‘in action’”, financiado pela Direção-Geral de Justiça da Comissão Europeia, é desenvolvido pelo Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob a minha coordenação científica, em parceria com o Instituto de Direitos Humanos da Catalunha (Espanha), a Universidade de Utrecht (Holanda) e a Universidade de Szczecin (Polónia).

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, vinculativa para todos os Estados membros desde 2009, veio reforçar o quadro de proteção dos direitos fundamentais. No entanto, a sua implementação e aplicação confronta-se, ainda, com instrumentos, culturas e práticas judiciais muito distintas. Considerando a importância de aprofundar o conhecimento dos atores judiciais sobre os principais instrumentos jurídicos internacionais de proteção dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, o projeto concretiza-se no desenvolvimento de um amplo programa de formação, centrado nos conteúdos e na aplicação da Carta, contribuindo para o domínio do quadro jurídico dos direitos fundamentais e da sua aplicabilidade, mas também para a partilha de experiências e de boas práticas em que se procura a participação ativa de atores judiciais de todos os países parceiros. Em cada país parceiro, o projeto prevê o envolvimento de 25 magistradas/os judiciais, 25 magistradas/os do Ministério Público, 25

magistradas/os formadoras/es e 25 advogadas/os, sendo desenvolvidas ações de formação presenciais e a distância, workshops nacionais, workshops internacionais de intercâmbio de experiências e boas práticas, seminários e uma conferência final. Além do programa formativo, está previsto o desenvolvimento de um manual de formação, para apoiar a organização de futuros programas de formação em todos os Estados-Membros, um manual de boas práticas e uma plataforma web com informações relevantes no âmbito desta matéria, que procura incentivar o debate e a partilha de experiências entre os atores judiciais.

Com o objetivo de melhor preparar os conteúdos dos programas de formação, foi aplicado, em cada país parceiro, um inquérito online, como metodologia instrumental para identificar a familiaridade ou a distância dos atores judiciais face à Carta e as principais temáticas a que atribuem maior relevância no plano formativo. Destacava-se, ainda, como atividade relevante do projeto, o mapeamento e análise das decisões dos tribunais nacionais e do Tribunal de Justiça da União Europeia em que se suscita a aplicação da Carta.

A concretização deste projeto conta com a relevante colaboração do Conselho Superior da Magistratura, da Procuradoria-Geral da República, do Centro de Estudos Jurídicos e dos Conselhos Regionais da Ordem dos Advogados.

CONTÉUDOS

O projeto “The Charter of Fundamental rights of the EU ‘in action’”
José Manuel Pureza
Pag. 1

Ainda sobre a questão do pluralismo das fontes...
Sofia Pinto Oliveira
Pag. 2

Proteção de direitos fundamentais na aplicação do Regulamento Dublin: suspensão de transferências na jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia
Inês Carneiro e Rita Santos
Pag. 3



Novos Projetos Ativos

Título: TROPO - Antropoceno em Portugal: movimentos sociais, políticas públicas e tecnologias emergentes

IR: António Carvalho

Financiamento: Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Título: (DE)OTHERING - Desconstruindo o Risco e a Alteridade: guiões hegemónicos e contra-narrativas sobre migrantes/refugiados e 'Outros internos' nas paisagens mediáticas em Portugal e na Europa

IR: Gaia Giuliani

Financiamento: Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Título: URBiNAT - Cocriação de Corredores Saudáveis como "Motores" para a Regeneração de Bairros Sociais em Cidades Europeias através de NBS Social, Ambiental e com Potencial de Mercado

IR: Gonçalo Canto Moniz

Financiamento: Comissão Europeia

Título: JUSTFOOD - 'Alimentos Justos': Das Redes Alimentares Alternativas à Justiça Ambiental

IR: Irina Velicu

Financiamento: Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Título: QUALIS - Qualidade da Justiça em Portugal! Impacto das condições de trabalho no desempenho profissional de juizes e magistrados do Ministério Público

IR: João Paulo Dias

Financiamento: Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Título: (EU)ROPA - Ascensão da Arquitectura Portuguesa: Fundamentos, Plataforma, Progressão

IR: Jorge Figueira

Financiamento: Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Título: IPHinLaw - Homicídios nas relações de intimidade: desafios ao direito

IR: Madalena Duarte

Financiamento: Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Título: WUD - Os mundos do (sub)desenvolvimento: processos e legados do império colonial português em perspectiva comparada (1945-1975)

IR: Miguel Bandeira Jerónimo

Financiamento: Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Título: SANTACRUZ - Reconstituição digital em 3D do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 1834

IR: Rui Lobo

Financiamento: Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Título: TIMES - Trajetórias Institucionais e Modelos de Empresa Social em Portugal

IR: Sílvia Ferreira

Financiamento: Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Medalha de Honra da Segurança Social atribuída a Manuel Carvalho da Silva

Por Despacho do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança, a Medalha de Honra da Segurança Social foi atribuída a **Manuel Carvalho da Silva**, investigador do CES e coordenador do Observatório sobre Crises e Alternativas, em reconhecimento do prosseguimento de atividades relevantes no âmbito do sistema de segurança social. Esta distinção foi concedida pelo trabalho desenvolvido ao longo da sua carreira, como dirigente sindical, membro do Conselho Económico e Social e da Comissão Permanente de Concertação Social, investigador e académico na área social, tendo publicado inúmeros livros e artigos de relevante alcance técnico e prospetivo.

Exposição

Contra-natura – the Good, the Bad and the Monster

18 de maio a 24 de junho de 2018

Museu da Água, Coimbra



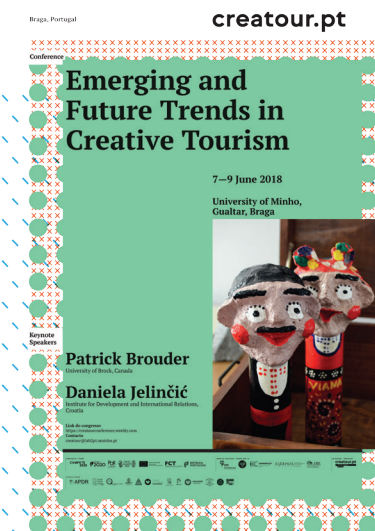
A Exposição «Contra-natura – the Good, the Bad and the Monster», organizada no âmbito do projeto *INTIMATE – Citizenship, Care and Choice: The Micropolitics of Intimacy in Southern Europe*, reuniu trabalhos de um conjunto de ilustradoras/es da Europa do Sul. Nestas obras surgem monstros que nos inquietam, que desassossegam verdades tomadas por adquiridas, que colocam desafios à normatividade com que se olha o quotidiano. Através do recurso ao onírico e ao imaginário, as técnicas e cores utilizadas convidam-nos a olhar sem pressa as criaturas que nos devolvem o seu próprio olhar, sugerindo que porventura a monstruosidade mais assustadora é a imposição de uma normalidade.

2º Colóquio Internacional CREATOUR

Emerging and Future Trends in Creative Tourism

7 a 9 de junho de 2018

Universidade do Minho, Braga



Este Colóquio teve como objetivo continuar o trabalho desenvolvido no seu antecessor realizado na Curia (2017), reunindo pesquisadores e profissionais de turismo criativo para discutir questões e oportunidades internacionais deste tipo de turismo. Foi uma oportunidade de aprendizagem sobre o desenvolvimento da rede de turismo criativo – CREATOUR – que agora envolve 40 projetos piloto localizados em pequenas cidades e áreas rurais dentro das regiões portuguesas Norte, Centro, Alentejo e Algarve.

Colóquio Internacional

Deficiência e autodeterminação: o desafio da Vida Independente

19 de junho de 2018

Auditório Montepio, Lisboa



Colóquio internacional

Deficiência e autodeterminação:
o desafio da Vida Independente

O reconhecimento dos direitos de cidadania das pessoas com deficiência ao longo das últimas décadas tornou urgente a criação de políticas sociais potenciadoras da inclusão social, da participação e da autodeterminação das pessoas com deficiência. Noutros contextos geográficos tal só foi possível através do estabelecimento do direito à Vida Independente. Plasmada no artigo 19.º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, a Vida Independente significa que as pessoas com deficiência devem ter a mesma escolha, controlo e liberdade na gestão das suas vidas e na vida nas suas comunidades como qualquer outra pessoa. Em Portugal esta é uma possibilidade muito recente e não generalizada à totalidade das pessoas com deficiência. Este colóquio internacional, que contou com a presença de dois nomes incontornáveis no estabelecimento da Vida Independente a nível Europeu – Adolf Ratzka (Fundador e diretor do Independent Living Institute, Suécia) e Kapka Panayotova (presidente da European Network on Independent Living, ENIL) – procurou constituir um momento de reflexão sobre a situação das pessoas com deficiência e a implementação da Vida Independente para pessoas com deficiência em Portugal.



A inovação social é um processo complexo destinado a gerar novas ideias, produtos ou processos para enfrentar desafios sociais emergentes. O interesse evidenciado na crescente literatura sobre inovação social e pela referência recorrente do conceito na formulação de políticas contrasta com a compreensão ainda limitada sobre o tema.

O CES encontra-se a desenvolver o **Atlantic Social Lab – Cooperação Atlântica para a promoção da inovação social**, que procura estruturar abordagens e métodos de inovação social para dar resposta a problemas sociais no Espaço Atlântico. Os parceiros vão implementar, testar e sugerir o *scaling-up* de intervenções de pequena escala em domínios cruciais como: inovação social e serviços de assistência social, inovação social e engajamento público ativo, economia verde inclusiva, economia social e responsabilidade social no setor privado.



Kick-off meeting do Atlantic Social Lab em Avilés (fotografia: La Nueva España)

Este é um projeto que combina uma componente de investigação e de avaliação com a implementação de ações-piloto para experimentação de soluções inovadoras. O CES tem a seu cargo a coordenação das tarefas de investigação, em estreita colaboração com a Glasgow Caledonian University (Escócia). Das principais tarefas do projeto, o mapeamento de necessidades de inovação social foi já concluído (WP4). Neste mapeamento adotou-se uma abordagem multinível. A análise do nível macro-social centrou-se na comparação de desempenho dos diferentes países, regiões e cidades em dimensões-chave para a inovação social. A análise do nível meso-social, com base em *focus groups*, permitiu a identificação de necessidades e de possíveis práticas inovadoras. A análise micro-social focou inovações sociais específicas, detalhando, através de entrevistas a atores privilegiados, soluções transferíveis para outros contextos que enfrentem problemas semelhantes.

O CES será ainda o responsável pelo Observatório da Inovação Social (WP6), colaborando com os parceiros para criar um *kit* de autoavaliação do impacto das ações-piloto implementadas. Será organizado em Coimbra, em 2019, um workshop internacional para explorar ligações entre inovação social, políticas do Estado Social e desafios institucionais atuais.

EU Atlantic Strategy
@EUAtlantic

Seguir

#ASPC2017 sneakpeek: #Social Innovation strategic for the #Atlantic! Topic of our #AtlanticSocialLab workshop 🌟💡👤👤 ces.uc.pt/en/investigaca ...



00:05 - 11 de set de 2017

Tweet do Atlantic Action Plan sobre o workshop Atlantic Social Lab em Glasgow

O projeto inclui um conjunto de visitas de estudo (Avilés em Espanha, julho 2017; Famalicão, novembro 2017; Derry na Irlanda do Norte, março 2018) que permitem conhecer, discutir e partilhar boas práticas de inovação social. A próxima visita realiza-se em julho de 2018 a Rennes (França).



Parceiros do Atlantic Social Lab no primeiro dia de visita em Derry

O **Atlantic Social Lab**, a ser implementado entre 2017 e 2019, é liderado pelo Município de Avilés (Espanha). Para além do CES são parceiras diferentes organizações de Portugal, Espanha, Reino Unido, Irlanda e França. O **Atlantic Social Lab** é cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa de cooperação INTERREG Espaço Atlântico, com a referência EAPA_246/2016.

Equipa: Hugo Pinto (coordenação); Carla Nogueira; Chiara Carrozza; Fábio Sampaio; João Paulo Dias; Sílvia Ferreira



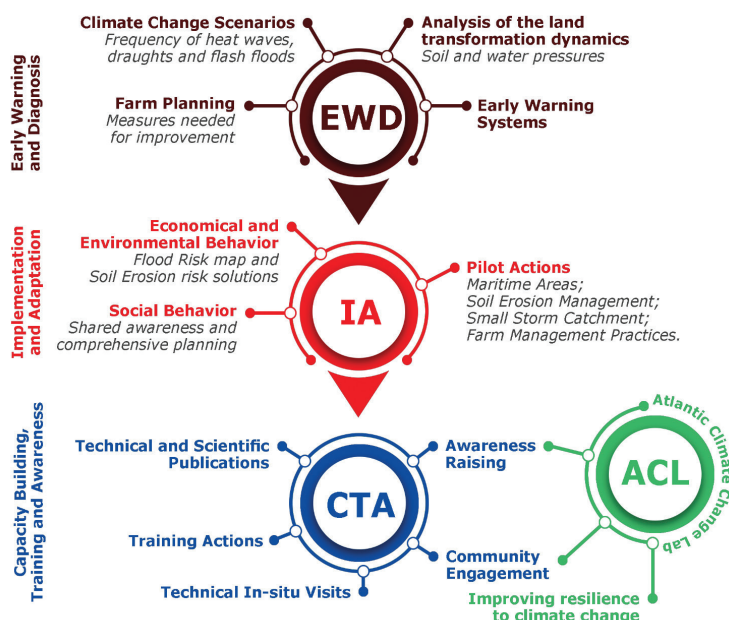
Risk AquaSoil

O projeto *Risk AquaSoil – Plano Atlântico de Gestão de Riscos no Solo e na Água* é cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e desenvolve um plano de gestão de riscos no solo e na água, no contexto das alterações climáticas, visando promover a resiliência das áreas rurais, especialmente agrícolas. A relevância para os territórios atlânticos destas áreas do ponto de vista económico, da vulnerabilidade das comunidades e da alta exposição que estas têm às condições das alterações climáticas são o foco do projeto.

Este projeto visa reforçar a resiliência e o planeamento das regiões atlânticas aos desastres naturais e minimizar as consequências das alterações climáticas, apostando numa abordagem integrada que vai desde a deteção precoce à recuperação de danos, cobrindo a formação e *capacity building*, implicando etapas vinculadas a três objetivos específicos: aviso precoce e diagnóstico, implementação, adaptação e capacitação, bem como a comunicação/divulgação. O uso de tecnologias remotas de baixo custo permite às comunidades locais aceder a soluções tecnológicas economicamente viáveis e de uso fácil, para uma melhor gestão do risco. Outro *output* do projeto será a constituição de um Laboratório Atlântico para as Alterações Climáticas que procura dar a conhecer melhor este tópico e influenciar os decisores políticos na sua ação.



O *Risk AquaSoil* pretende contribuir para uma agricultura climaticamente adaptada, implementando práticas e técnicas que minimizam, ao mesmo tempo, os efeitos adversos dos perigos naturais e da atividade antrópica, fortalecendo a resiliência às alterações climáticas e eventos extremos, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades locais.



Têm sido levadas a cabo diversas reuniões de parceiros: Gijón, junho de 2017; Galway, outubro de 2017; Bordéus, dezembro de 2017.

A ser implementado entre 2017 e 2019, o projeto *Risk AquaSoil* é liderado pela Association Climatologique de la Moyenne Garonne et du Sud-Ouest (ACMG). Para além do CES, são ainda parceiras outras organizações de Portugal, Espanha, Reino Unido, Irlanda e França. O *Risk AquaSoil* é cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa de cooperação INTERREG Espaço Atlântico, com a referência EPA_272/2016.

Equipa: Alexandre Oliveira Tavares (coordenação); Hugo Pinto; José Manuel Mendes; Mário David Sequeira; Neide Areia

Colóquio Internacional

Bibliotecas Públicas, políticas culturais e leitura pública

6 e 7 de setembro de 2018

Casa dos Bicos, Fundação José Saramago, Lisboa

As políticas culturais moldaram as realidades nacionais e locais das bibliotecas públicas e da leitura pública de maneiras diferentes. Instituições centenárias ou de décadas recentes, as bibliotecas têm desempenhado um papel relevante nos serviços públicos às populações como lugares de cultura, lazer, aprendizagem, informação e convívio.

Entendemos que a leitura pública, no âmbito de bibliotecas enquanto instituições públicas ou entidades coletivas com fins de uso público, compreende uma diversidade de práticas e de modos de ler, em qualquer meio físico ou digital.

Na década mais recente, crises económicas e financeiras, mudanças na política cultural e nos serviços públicos e a difusão de produtos de leitura digital alteraram os cenários, os modos de leitura e a oferta dos espaços de leitura pública. Estas mudanças ocorreram nos espaços de leitura locais, nacionais e transfronteiriços de diferentes maneiras, com diferente visibilidade e consciencialização do público, desde encerramentos de bibliotecas até uma continuação da expansão das redes de leitura, desde cortes drásticos no financiamento até discursos institucionais sobre casos de sucesso, desde debates sobre censura e vigilância 'suaves' até controle duro de práticas de leitura, aquisições e acesso a meios digitais.



Imagem de José Martín Ramirez C para Unsplash

Colóquio Internacional

Memórias e Legados das Lutas de Libertação

27 a 29 de setembro de 2018

Bissau, Guiné-Bissau

A 24 de setembro de 2018 celebra-se o 45º aniversário da independência da Guiné-Bissau. Para assinalar a efeméride, o Centro de Estudos Sociais Amílcar Cabral (CESAC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra através do projeto CROME (CES-UC/CROME) juntam-se para promover um colóquio internacional dedicado às memórias e aos legados das lutas de libertação. O Colóquio prevê comunicações no âmbito das seguintes temáticas:

- Memórias cruzadas das lutas de libertação: anticolonialismo, descolonização e transição para a independência;
- Materializações da Memória. Os espaços simbólicos da luta de libertação em memoriais, monumentos e museus;
- Os arquivos da luta: entre a História, a Memória;
- Agentes da luta, construtores da Nação: os diferentes atores da libertação nacional;
- Cantar e contar a luta de libertação: cultura, política e testemunho.



🕒 Doutoramentos e Investigação em Pós-doutoramento



O Centro de Estudos Sociais acolhe um conjunto diversificado de Programas de Doutoramento da Universidade de Coimbra que potencializam as sinergias criadas pela investigação de excelência que desenvolve. O CES tem sido ainda reconhecido no âmbito de candidaturas a bolsas de doutoramento financiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) como instituição de acolhimento de excelência.

Porquê escolher o CES?

O Centro de Estudos Sociais oferece um ambiente académico interdisciplinar, dinâmico e internacionalizado, combinando a formação avançada com uma investigação de excelência nas áreas das Ciências Sociais e das Humanidades. Esta investigação assenta em três dimensões centrais: investigação-ação, abordagem reflexiva, e análise crítica comprometida com a visibilização de relações assimétricas de poder, como no caso das relações Norte-Sul.

Um ambiente académico interdisciplinar e diversificado

- Os programas doutorais CES-UC são marcados pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, combinando contribuições de diversas áreas e tradições.
- O ambiente dinâmico e internacional da escola CES é animado pela colaboração de investigadores/as de renome internacional e pelos/as doutorandos/as provenientes das mais diversas origens disciplinares e geográficas (em 2016, 42% dos/as estudantes eram internacionais).
- Aos/Às estudantes é disponibilizado um conjunto de recursos específicos, entre os quais se salienta a Biblioteca Norte|Sul e um serviço de apoio especializado que acompanha os/as estudantes no seu primeiro contacto com o CES e em outras etapas do seu percurso científico, incluindo candidaturas a bolsas de doutoramento e/ou de investigação.
- O CES faculta oportunidades de inserção dos/as estudantes de doutoramento na sua comunidade científica, bem como de desenvolvimento de competências necessárias para uma carreira científica. As atividades direcionadas para os/as estudantes de doutoramento incluem a oportunidade de participação na publicação eletrónica *Cabo dos Trabalhos*, que permite uma primeira experiência de publicação de acesso livre; bem como a possibilidade de participar em diversos eventos científicos organizados no CES no âmbito dos seus núcleos e projetos de investigação.
- A internacionalização dos/as estudantes é incentivada no âmbito de redes Marie-Curie ITN, do programa Erasmus+ (estágios para períodos de investigação), e de outras parcerias internacionais em que o CES e a UC participam.

A periodicidade de abertura da maioria dos programas é bienal.

Programas com candidaturas abertas para 2018/19:

- Democracia no Século XXI
- Discursos: Cultura, História e Sociedade
- Governação, Conhecimento e Inovação
- Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo
- Território, Risco e Políticas Públicas

Investigadores/as em Pós-doutoramento



Celia Chagas Amorim

Doutoramento em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Projeto: Cidadania Comunicativa: desafios, lutas e direitos compartilhados na Amazônia



Maria João Guia

Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, Universidade de Coimbra, Portugal

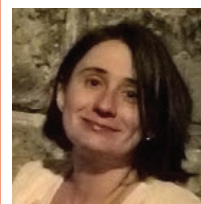
Projeto: The Schengen construction and the Area of Freedom, Security and Justice (AFSJ) institutions



Rui Aristides Lebre

Doutoramento em Cultura Arquitectónica e Urbana, Universidade de Coimbra, Portugal

Projeto: Arquitectura para um quinto império: uma discussão da modernidade Portuguesa através do império, 1945-1974



Sandra Carvalho

Doutoramento em Democracia no Século XXI, Universidade de Coimbra, Portugal

Projeto: URBiNAT - Co-criação de Corredores Saudáveis como “Motores” para a Regeneração de Bairros Sociais em Cidades Europeias através de NBS Social, Ambiental e com Potencial de Mercado

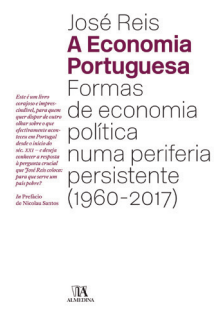


Sheila Holz

Doutoramento em Democracia no Século XXI, Universidade de Coimbra, Portugal

Projeto: URBiNAT - Co-criação de Corredores Saudáveis como “Motores” para a Regeneração de Bairros Sociais em Cidades Europeias através de NBS Social, Ambiental e com Potencial de Mercado

Publicações



Revista Crítica de Ciências Sociais

www.ces.uc.pt/rccs

Número 115

Imaginarios y ficciones de la muerte en la posmodernidad

Aitana Martos García, Alberto E. Martos García

Descolonizar a fantasmagoria. Uma reflexão a partir do “Massacre de 1953” em São Tomé e Príncipe

Inês Nascimento Rodrigues

Mobilização, conflitos e reconhecimento do território: comunidades quilombolas na Ilha do Marajó, Brasil

Pierre Teisserenc, Maria José da Silva Aquino Teisserenc

Repensar la dieta para repensar la vida

Ana Gabriela Cabrera Rebollo, Lilia Zizumbo Villarreal, Oliver Gabriel Hernández Lara, Emilio Gerardo Arriaga Álvarez

Dossier

Portuguese Colonialism in Goa: Nineteenth-Century Perspectives

Edited by Rochelle Pinto, Sidh Losa Mendiratta and Walter Rossa

Reframing the Nineteenth Century

Rochelle Pinto, Sidh Losa Mendiratta, Walter Rossa

O trigo e o joio: segredos e botânica médica em Goa, c. 1840-1930

Ricardo Roque

“Goa is a Paradise”: florestas, colonialismo e modernidade na Índia Portuguesa (1851-1910)

José Miguel Moura Ferreira

Goa Displayed in Goa: The 1860 Industrial Exhibition of Portuguese Colonial India

Filipa Lowndes Vicente

Bridging the Centuries: A Brief Biography of Wamanrao Varde Valaulikar

Jason Keith Fernandes



cescontexto

http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto

CEScontexto – Debates

Nº 20 – abril de 2018

Escalas e Espaços

IX Edição do Congresso Ibérico de Estudos Africanos – Volume III

Oficinas do CES

www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina

442 - Desigualdades, tecnologia e revolução

Elísio Estanque

441 - O governo dos sem-abrigo pela mentira

João Aldeia

Ficha Técnica

CESemCENA é uma publicação do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Direitos reservados.

Diretor | Boaventura de Sousa Santos

Coordenação | Alexandra Pereira, Nancy Duxbury e Patrícia Branco

Apoio |

